

ASSOCIATIVISMO DOCENTE

A criação de associações de professores constituiu historicamente um dos passos mais importantes dados no sentido da profissionalização da actividade docente (NÓVOA, 1987). O associativismo docente propiciou, a par da imprensa pedagógica produzida por professores, o desenvolvimento de um contexto intelectual e afectivo favorável à socialização dos professores nas crenças e nos valores próprios à profissão e contribuiu para a difusão de um sentimento de pertença a uma mesma comunidade simbólica. Produzidas pelos porta-vozes do associativismo docente, ainda uma pequena elite da profissão, pretendia-se que as referidas concepções fossem apropriadas por sectores gradualmente mais amplos da classe.

O associativismo docente é, não obstante algumas iniciativas pioneiras, um fenómeno que se desenvolve fundamentalmente a partir da segunda metade de oitocentos. A primeira verdadeira associação de professores é a que foi criada em 1854 exactamente com esse nome, Associação de Professores, presidida por Sousa Brandão e secretariada por Luís Filipe Leite, tendo como órgão de imprensa o *Jornal da Associação de Professores*, que aborda questões como o insucesso escolar, a selecção de manuais e apela à uniformidade de compêndios, mantendo características essencialmente mutualistas. Curiosamente, este é um projecto dirigido a todos os professores, independentemente do grau de ensino, algo que não se repetirá muitas vezes no universo do associativismo docente subsequente. A gradual preponderância dos professores de instrução primária no seio da referida associação é bem um sinal das dificuldades em concretizar tal união de esforços. Nas décadas de transição do século XIX para o século XX serão, na verdade, os professores de instrução primária os grandes impulsionadores do associativismo docente, conduzindo à criação das primeiras organizações da classe tendo por base o grau de ensino.

É no ano de 1868 que surge a Associação de Docentes Progresso pela Instrução e no ano de 1886 a Associação de Professores de Instrução Primária de Lisboa, com o intuito de votar as bases para a Federação do Professorado. Ainda antes de finalizar o século, surgem duas novas organizações: em 1897, a Associação de Socorros Mútuos do Professorado Primário Português, direccionada, também, para uma classe, a do professorado primário; e, logo no ano seguinte, em 1898, o Grémio do Professorado Livre Português, com a publicação *O Ensino Livre*, que visava a apologia do ensino privado e dos professores particulares (BRÁS & GONÇALVES, 2009).

A reforma de 1901 contém disposições legislativas importantes no que concerne ao ensino normal. No entanto, questões económicas, como os salários precários dos professores, e questões ideológicas permanecem, levando a que cada vez mais os professores de instrução primária comecem a sentir a necessidade de se unir e organizar. Em 1907, a Liga Nacional do Professor Primário Português, que aparece no seio de esforços associativos e de uma crescente solidariedade no magistério, manifesta o interesse no ensino primário e no progresso deste, com base num denominador comum: melhores condições socioeconómicas (NÓVOA, 1987).

Em Janeiro de 1910, a Sociedade de Estudos Pedagógicos, reúne, pela primeira vez, professores primários, liceais e universitários, associando-se não pelo nível de ensino, mas como grupo, publicando a *Revista de Educação Geral e Técnica*. As primeiras décadas do século XX, apresentam uma fase de actividade intensa do movimento associativo, com um crescente cariz sindical, principalmente durante o período republicano. Com a República, a visão do professor transforma-se, passando este a ser considerado um “sacerdote laico da república e a escola uma oficina em que se fabrica o cidadão, cabendo ao professor defender e veicular os valores republicanos e

ensinar uma moral científica e laica para radicar nas consciências o hábito da liberdade e o ensino do solidarismo” (BRÁS & GONÇALVES, 2009, 735). Porém, apesar dos ideais de democracia e liberdade, o Estado detinha a preocupação de controlo político-ideológico dos professores, proibindo o ensino de doutrinas contrárias às leis dele emanadas.

Em 1911, é criado o Sindicato dos Professores Primários de Portugal, que reflecte a motivação dos professores relativamente à construção dum ideário pedagógico e profissional no novo contexto republicano. Ainda nesta década, surgem novas associações, importantes para o desenvolvimento do movimento associativo: o Grémio dos Professores Primários, em 1915, cujo órgão de imprensa era o *Boletim Pedagógico*, a Associação Geral dos Professores Primários de Portugal, no ano seguinte e, em 1918, a União do Professorado Primário Português, que publica *O Professor Primário*. Esta associação foi desde logo identificada como um organismo sindical, com base no sindicalismo profissional. Fez-se representar no Congresso Trabalhador de 1919, durante o qual a Confederação Geral do Trabalho foi fundada. De 1918 a 1926, a União tem grande actividade associativa e pedagógica, como o demonstram os congressos anuais, sendo uma importante organização do movimento sindical português. Em 1927, os dirigentes são presos e a União é dissolvida. Reabre em 1929, na sequência da entrada em funções de um novo ministério, sendo colocada na dependência do Governo em Fevereiro de 1930, altura que sai um decreto com medidas repressivas contra as associações de professores. Nesse mesmo ano, o Conselho Federal da União resolve dissolver unilateralmente a associação, preservando a autonomia do movimento (NÓVOA, 1987).

Ainda em 1924, é formada a Associação dos Professores de Portugal, impulsionada por um núcleo de professores primários de Leiria, cujos associados eram professores do ensino primário e da Escola Normal; tinha como objectivo debater as questões ideológicas do ensino, agregando todas as categorias docentes. Esta Associação caracterizava-se não só pela miscigenação das classes de professores, mas também pela junção de três tendências, que se interessavam pelo debate da educação: anarquistas, republicanos radicais e marxistas-leninistas (FELGUEIRAS, 2009).

Com o Estado Novo, são proibidas todas as organizações autónomas, sendo o movimento associativo de professores directamente colocado sob a jurisdição do Estado. Em 1933, a legislação decreta a instituição de sindicatos nacionais, sob a tutela do Estado nacionalista, pondo fim às organizações autónomas de professores de instrução primária (NÓVOA, 1987).

No caso dos professores do ensino liceal, é em 1904 que nasce a primeira associação que se apresenta como representativa dos interesses deste sector do professorado, a Associação do Magistério Secundário Oficial, a qual publica, a partir desse mesmo ano, o *Boletim da Associação do Magistério Secundário Oficial*. A extinção da publicação no ano de 1908 corresponde ao declínio da actividade da Associação, que só renascerá em 1911, já em plena República, inicialmente com outro nome, Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais, dirigida a um público mais amplo, como a sua própria designação deixa entrever, e que publica, entre 1913 e 1916, o seu órgão próprio, a *Revista de Ensino Médio e Profissional*.

A Associação do Magistério Secundário Oficial havia-se caracterizado por ser uma agremiação de professores efectivos dos liceus. Era o princípio da “distinção” que estava, em certa medida, na base deste tipo de associativismo e que conduzia à tentativa de manter as distâncias em relação aos sectores ou às categorias consideradas menos prestigiadas ou recrutadas em bases tidas por menos legítimas, como era o caso dos chamados professores “interinos” dos liceus. O já referido princípio de distinção

conduzia, igualmente, a um relacionamento difícil tanto com os professores das escolas industriais e comerciais – o subsistema menos prestigiado e socialmente discriminado do ensino secundário – como no que se refere aos professores de instrução primária.

Se assistimos, no início do período republicano, a uma certa alteração de perspectiva, o que acaba por predominar são, de novo, as concepções anteriormente identificadas. O que marca a diferença, num primeiro momento, entre a associação, tal como reaparece em 1911, e a sua antecessora é a tentativa de alargamento dos sócios potenciais, passando a incluir os professores efectivos das escolas de ensino profissional e técnico e os professores provisórios, com direito a nomeação sem concurso, dos liceus do continente e ilhas, para além, naturalmente, do núcleo original, os professores efectivos dos referidos liceus. Durante os primeiros anos desta nova fase são visíveis esforços tendentes à união de todos os sectores do professorado oficial, mas que rapidamente se desvanecem. A persistência do princípio de “distinção” e a renovada consagração da “forma categorial” acabam por marcar definitivamente as características do associativismo docente tal como se desenvolveu nas primeiras três décadas do século XX, em particular ao nível do ensino secundário. As desconfianças recíprocas entre professores dos liceus, das escolas técnicas e do ensino primário foram uma constante e constituíram um forte obstáculo à concretização de qualquer projecto unificador, o mesmo acontecendo em relação às diferentes categorias no âmbito da carreira do ensino liceal, com os professores efectivos a assumirem-se como a elite da classe e, como tal, seus representantes naturais.

O insucesso do referido projecto abriu caminho ao aparecimento de outras duas associações de professores do ensino secundário, uma delas agregando um sector dentro do ensino liceal, a Associação dos Professores dos Liceus do Norte, tendo por órgão a *Revista dos Liceus*, publicada ao longo do ano de 1916. A segunda das referidas associações – a Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais – iniciou a publicação do seu Boletim em Dezembro de 1921, tendo a mesma cessado no ano de 1927. Os discursos apelando à união do professorado voltam, como nas suas congéneres, a marcar presença, embora a preocupação central seja a união dos professores do ensino técnico e profissional. Em face da “forma categorial” prevalecente no ensino liceal, que já conduzira à sua exclusão da Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais, os professores do ensino técnico e profissional procuram organizar-se autonomamente e reforçar a sua própria identidade, ainda que numa perspectiva menos elitista do que os seus colegas do ensino liceal, ao admitirem no interior da Associação as diversas categorias de professores desse sector do ensino.

Por paradoxal que possa parecer, o período da Ditadura Militar significou um ponto alto no percurso associativo dos professores do ensino secundário e, simultaneamente, o seu ponto de recuo. É a época da realização, entre 1927 e 1931, de cinco congressos do ensino liceal, antecidos por intensa actividade associativa e pela fundação, a partir da iniciativa de professores do Liceu de Aveiro, da prestigiada revista *Labor*. O contexto político vai tornar-se, no entanto, cada vez mais desfavorável e o facto do campo associativo estar dividido dificultou a resistência.

A análise do carácter das associações de professores do ensino secundário existentes durante a 1ª República confirma a ideia de que há uma relação estreita, ainda que complexa, entre o desenvolvimento do associativismo docente, a afirmação das preocupações de natureza profissional e o investimento na construção de formas de identidade. As especificidades deste sector do professorado fazem com que se desenvolva um tipo de associativismo distante do sindicalismo e, também, só parcialmente mutualista. Os professores do ensino secundário não se identificam, ao

contrário dos seus colegas do ensino primário, com um modelo sindical reivindicativo, mas continuam distantes dum modelo especificamente profissional, mesmo quando buscam uma autonomia acrescida, se consideram detentores de um saber especializado ou desenvolvem representações sobre o ideal de serviço que os mobiliza, dificuldade essa que advém, em parte, do estatuto de funcionários a que se obrigam, mesmo quando o recusam. É um associativismo de referências múltiplas e conflituais, em que a criação de sindicatos não parece compatível com o estatuto de profissionais a que aspiram. Daí a ambivalência das suas associações. O carácter reivindicativo não deixa de ter alguma expressão, em especial no que se refere ao aumento de vencimentos e ao horário de trabalho, mas as associações procuram assumir-se, principalmente, como lugar de reflexão sobre o ofício e grupo de pressão sobre o poder (PINTASSILGO, 2008).

Referências

BRÁS, J. V., & GONÇALVES, M. N. (2009). A moralização da voz docente (finais da Monarquia e I República). *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia* (pp.726-739). Braga: Universidade do Minho.

FELGUEIRAS, M. L. (2009). O associativismo dos professores do ensino primário na formação da identidade docente em Portugal (séculos XIX e XX). *La formazione docente tra attualità e storia: IV Convegno Internazionale della Spicae: Ferrara 18-20 Maggio* (pp. 143-157). Ferrara: Ricerche Pedagogiche.

NÓVOA, A. (1987). *Le temps des professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe – XXe siècle)* (2 vols.). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

PINTASSILGO, J. (2008). O associativismo docente do ensino liceal português durante o período republicano e a sua imprensa. As representações dos professores sobre a profissão e a construção de identidades. *Revista Lusófona de Educação*, 12, 79-96.

Pintassilgo, J. & Pedro, L. (2013). Associativismo docente. In M. F. Rollo (Coord.). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo* (Vol. I, pp. 320-323). Lisboa: Assembleia da República.